

Os mudos da CPI

Eduardo Brito

15 NOV 1993

A semana que começa será decisiva para se definir onde convergirão as atenções nos meses que se seguirão. A revisão constitucional, que o centro e a direita gostariam de ver nas manchetes dos jornais, começou enfim a decolar e poderá ver fixada uma data para seu início verdadeiro caso não seja prorrogado o prazo das investigações da CPI do Orçamento. Já a CPI, o grande trunfo das esquerdas, dirá, amanhã por quanto tempo mais catalisará as atenções da opinião pública. Esta, claro, está muito mais para CPI do que para revisão.

O problema está principalmente em saber a quem aproveita todo esse jogo. Até por não ter dado qualquer passo relevante, a revisão constitucional nada rendeu para ninguém. Está zerada. Só com dificuldade ocupará muito espaço, uma vez que para o povão parece apenas uma conjunção de discussões bizantinas. Monopólio das telecomunicações, pacto federativo ou voto distrital não despertam nenhum entusiasmo, mas nenhum mesmo, na periferia de São Paulo, na favela da Rocinha ou nos assentamentos de Samambaia.

Já com a CPI é outra coisa. Ninguém subestima seus efeitos sobre as urnas de 1994. Mais do que um órgão capaz de sanear o Orçamento e estabelecer um novo padrão de moralidade para o Congresso — missão que aliás vem cumprindo com competência —, constitui um palanque privilegiado. Denunciantes e denunciados vêm-se imediatamente expostos ao crivo da opinião pública, apostando uns no reconhecimento do eleitorado e temendo outros o sacrifício de suas carreiras políticas.

A lista dos denunciados, desde que citados pela primeira vez pelo antigo secretário da Comissão Mista de Orçamento, privilegia parlamentares do PPR, PFL, PMDB, PTB e

PSB, embora se afirme que todos os partidos participavam, bem ou mal, desse jogo. O tiroteio concentrou-se de início em um ex-pefelista abrigado no PPR, o deputado João Alves, deslocou-se para um ex-líder do PFL, Ricardo Fiúza, e concentrou-se depois em uma série de figurões do PMDB, o partido hoje mais abalado pelas descobertas da CPI.

Os beneficiários óbvios, ao menos por enquanto, são o PT, o PDT, o PSDB e o PPS. Até agora nada se descobriu que comprometa qualquer membro de suas bancadas, nem mesmo dos que participavam de forma ativa da Comissão Mista do Orçamento. Ponto para eles? Nem tanto. A verdade é que apenas um desses partidos, o PT, está sabendo fazer uso do poderoso trunfo com que em tese os quatro contam.

Em tese, isso não poderia estar acontecendo. Os demais partidos contam, na CPI, com representantes trabalhadores e preparados como Luiz Alfredo Salomão, Sigmaringa Seixas ou Moroni Torgan. No entanto, quem aparece é o PT. É Obvio que isso desperta ciúmes e críticas. "Eles se comportam como a Inquisição, internamente, e como detentores do monopólio da boa-fé, externamente", dizia dos petistas um importante dirigente do PSDB.

Em contrapartida, completava, "nós não temos a mesma vocação de mariposas, correndo para os holofotes". A dificuldade está em se saber se não terão falta de vocação também para receber votos. Os partidos mais votados nas eleições de 1990, como PMDB e PFL, realizam hoje um esforço hercúleo por parte de seus segmentos não contaminados pelas revelações da CPI, tentando recuperar sua imagem abalada. O PT, como admite o dirigente tucano, consegue mostrar-se como monopolista da boa-fé. Mas os partidos que teriam as mesmas condições dos petistas para ocupar espaços até agora não o conseguiram. Vêm aí as urnas de 1994.

CORREIO BRAZILIENSE